

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 Em milhões de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE:					
Caixa e Equivalentes de Caixa	(8)	1.826,8	1.391,7	1.506,9	1.368,3
Contas a Receber	(9)	828,6	646,9	809,1	626,4
Estoques	(10)	1.435,1	1.115,2	1.424,4	1.106,1
Tributos a Recuperar	(11)	42,2	55,1	40,5	53,6
Impostos e Despesas Antecipadas	(12)	914,0	762,4	912,5	761,3
Créditos com Partes Relacionadas	(31)	9,9	872,7	21,1	603,9
Outros		32,1	43,2	32,1	43,2
		5.088,7	4.887,2	4.746,6	4.562,8
Ativos não circulantes mantidos para venda	(13)	52,6	—	52,6	—
		5.141,3	4.887,2	4.799,2	4.562,8
ATIVO NÃO CIRCULANTE:					
Contas a Receber	(9)	4,1	2,5	3,9	1,3
Estoques	(10)	19,5	17,7	19,5	17,7
Tributos a Recuperar	(11)	54,5	100,6	54,5	100,6
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(28a)	132,4	136,9	133,6	172,0
Depósitos Judiciais	(19b)	261,8	223,3	261,8	223,3
Impostos e Despesas Antecipadas	(12)	11,1	11,1	10,8	11,2
Créditos com Partes Relacionadas	(31)	21,5	21,3	7,3	6,1
Investimentos em Sociedades	(14)	—	—	336,8	301,8
Imobilizado	(15)	920,2	974,5	904,1	960,9
Intangível	(16)	66,1	30,1	65,1	29,1
		1.491,2	1.518,0	1.797,4	1.824,0
TOTAL DO ATIVO		6.632,5	6.405,2	6.596,6	6.386,8

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 Em milhões de reais (exceto valor patrimonial por ação)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital-Venda de Imóveis	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total
			Legal	Capital de Giro	Incentivos Fiscais				
Saldos em 1º de janeiro de 2013	854,7	1,9	170,9	18,2	178,8	340,6	—	800,5	2.365,6
Variação cambial sobre investimentos líquido no exterior (Nota 14)	—	—	—	—	—	4,0	—	—	4,0
Hedge de fluxo de caixa (Nota 7.4):	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira	—	—	—	—	(10,0)	—	—	—	(10,0)
Instrumentos derivativos	—	—	—	—	(10,1)	—	—	—	(10,1)
Imposto de renda e contribuição social sobre os efeitos do hedge	—	—	—	—	6,8	—	—	—	6,8
Reversão de dividendos prescritos (Nota 21c)	—	—	—	—	—	—	1,0	—	1,0
Dividendos pagos (AGO/E de 15/03/13)	(R\$ 0,523732 por ação)	—	—	—	—	—	(800,5)	(800,5)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	1.694,3	—	1.694,3
Destinações do lucro líquido do exercício:	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Incentivos fiscais realizados (Nota 20)	—	—	—	—	64,7	—	—	(64,7)	—
Reserva para Manutenção de Capital de Giro	—	—	—	0,6	—	—	—	(0,6)	—
Juros sobre o capital próprio intermediário (Nota 21c)	(R\$ 0,05335 por ação)	—	—	—	—	—	—	(81,5)	(81,5)
Dividendo intermediário (Nota 21c)	(R\$ 0,46 por ação)	—	—	—	—	—	—	(703,1)	(703,1)
Juros sobre o capital próprio - complementar (Nota 21c)	(R\$ 0,01705 por ação)	—	—	—	—	—	—	(26,1)	(26,1)
Dividendo adicional proposto (Nota 21c)	(R\$ 0,536 por ação)	—	—	—	—	—	—	(819,3)	819,3
		854,7	1,9	170,9	18,8	243,5	—	819,3	2.440,4

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 Em milhões de reais (exceto valor patrimonial por ação)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital-Venda de Imóveis	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total
			Legal	Capital de Giro	Incentivos Fiscais				
Saldos em 1º de janeiro de 2013	854,7	1,9	170,9	18,2	178,8	340,6	—	800,5	2.365,6
Variação cambial sobre investimentos líquido no exterior (Nota 14)	—	—	—	—	—	3,5	—	—	3,5
Hedge de fluxo de caixa (Nota 7.4):	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira	—	—	—	—	(59,1)	—	—	—	(59,1)
Instrumentos derivativos	—	—	—	—	(86,6)	—	—	—	(86,6)
Imposto de renda e contribuição social sobre os efeitos do hedge	—	—	—	—	49,6	—	—	—	49,6
Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	—	—	—	—	—	—	1,0	—	1,0
Dividendos deliberados (AGO/E de 19/03/14)	(R\$ 0,536 por ação)	—	—	—	—	—	(819,3)	(819,3)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	1.714,2	—	1.714,2
Destinações do lucro líquido do Exercício:	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Incentivos fiscais realizados (Nota 20)	—	—	—	—	47,1	—	—	(47,1)	—
Juros sobre o capital próprio intermediário (Nota 21c)	(R\$ 0,04684 por ação)	—	—	—	—	—	—	(71,6)	(71,6)
Dividendo intermediário (Nota 21c)	(R\$ 0,415 por ação)	—	—	—	—	—	—	(634,3)	(634,3)
Juros sobre o capital próprio - complementar (Nota 21c)	(R\$ 0,01479 por ação)	—	—	—	—	—	—	(22,6)	(22,6)
Dividendo adicional proposto (Nota 21c)	(R\$ 0,614 por ação)	—	—	—	—	—	—	(938,6)	938,6
		854,7	1,9	170,9	18,8	290,6	—	938,6	2.515,2
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Valor patrimonial por ação do capital social no fim do exercício - R\$	1,65	1,60	1,65	1,60	1,65	1,60	1,65	1,60	1,65

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 Em milhões de reais (exceto valor patrimonial por ação)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital-Venda de Imóveis	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total
			Legal	Capital de Giro	Incentivos Fiscais				
Saldos em 1º de janeiro de 2013	854,7	1,9	170,9	18,2	178,8	340,6	—	800,5	2.365,6
Variação cambial sobre investimentos líquido no exterior (Nota 14)	—	—	—	—	—	4,0	—	—	4,0
Hedge de fluxo de caixa (Nota 7.4):	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira	—	—	—	—	(10,0)	—	—	—	(10,0)
Instrumentos derivativos	—	—	—	—	(10,1)	—	—	—	(10,1)
Imposto de renda e contribuição social sobre os efeitos do hedge	—	—	—	—	6,8	—	—	—	6,8
Reversão de dividendos prescritos (Nota 21c)	—	—	—	—	—	—	1,0	—	1,0
Dividendos pagos (AGO/E de 15/03/13)	(R\$ 0,523732 por ação)	—	—	—	—	—	(800,5)	(800,5)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	1.694,3	—	1.694,3
Destinações do lucro líquido do exercício:	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Incentivos fiscais realizados (Nota 20)	—	—	—	—	64,7	—	—	(64,7)	—
Reserva para Manutenção de Capital de Giro	—	—	—	0,6	—	—	—	(0,6)	—
Juros sobre o capital próprio intermediário (Nota 21c)	(R\$ 0,05335 por ação)	—	—	—	—	—	—	(81,5)	(81,5)
Dividendo intermediário (Nota 21c)	(R\$ 0,46 por ação)	—	—	—	—	—	—	(703,1)	(703,1)
Juros sobre o capital próprio - complementar (Nota 21c)	(R\$ 0,01705 por ação)	—	—	—	—	—	—	(26,1)	(26,1)
Dividendo adicional proposto (Nota 21c)	(R\$ 0,536 por ação)	—	—	—	—	—	—	(819,3)	819,3
		854,7	1,9	170,9	18,8	243,5	—	819,3	2.440,4

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 Em milhões de reais (exceto valor patrimonial por ação)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital-Venda de Imóveis	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total
			Legal	Capital de Giro	Incentivos Fiscais				
Saldos em 1º de janeiro de 2013	854,7	1,9	170,9	18,2	178,8	340,6	—	800,5	2.365,6
Variação cambial sobre investimentos líquido no exterior (Nota 14)	—	—	—	—	—	3,5	—	—	3,5
Hedge de fluxo de caixa (Nota 7.4):	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira	—	—	—	—	(59,1)	—	—	—	(59,1)
Instrumentos derivativos	—	—	—	—	(86,6)	—	—	—	(86,6)
Imposto de renda e contribuição social sobre os efeitos do hedge	—	—	—	—	49,6	—	—	—	49,6
Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	—	—	—	—	—	—	1,0	—	1,0
Dividendos deliberados (AGO/E de 19/03/14)	(R\$ 0,536 por ação)	—	—	—	—	—	(819,3)	(819,3)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	1.714,2	—	1.714,2
Destinações do lucro líquido do Exercício:	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Incentivos fiscais realizados (Nota 20)	—	—	—	—	47,1	—	—	(47,1)	—
Juros sobre o capital próprio intermediário (Nota 21c)	(R\$ 0,04684 por ação)	—	—	—	—	—	—	(71,6)	(71,6)
Dividendo intermediário (Nota 21c)	(R\$ 0,415 por ação)	—	—	—	—	—	—	(634,3)	(634,3)
Juros sobre o capital próprio - complementar (Nota 21c)	(R\$ 0,01479 por ação)	—	—	—	—	—	—	(22,6)	(22,6)
Dividendo adicional proposto (Nota 21c)	(R\$ 0,614 por ação)	—	—	—	—	—	—	(938,6)	938,6
		854,7	1,9	170,9	18,8	290,6	—	938,6	2.515,2
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Valor patrimonial por ação do capital social no fim do exercício - R\$	1,65	1,60	1,65	1,60	1,65	1,60	1,65	1,60	1,65

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em milhões de reais (exceto valores por ação, ou quando indicado diferentemente)

1 Contexto operacional

A Souza Cruz S.A. (Companhia, Controladora ou Souza Cruz), fundada em 25 de abril de 1903, conta com cerca de 7 mil colaboradores diretos e 3 mil sazonais na época das safras do fumo. É um dos maiores grupos empresariais do Brasil e líder absoluta no mercado de cigarros com destaque na produção e exportação de fumo. Desde 1914, a Companhia é controlada pela BAT – British American Tobacco International (Holdings) B.V., com sede no Reino Unido, segundo maior grupo do mundo no setor de cigarros, que detém 75,3% de seu capital acionário.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a estrutura societária do Grupo Souza Cruz ("Grupo") compreende a Souza Cruz S.A. (Controladora) e sua subsidiária integral Yolanda Participações S.A., além das operações em conjunto mantidas com o governo de Cuba e com a Ambev S.A.: *Brasucuba Cigarrillos, S.A.*, "Brasucuba": Operação em conjunto (*joint-operation*) entre a Companhia (por intermédio de sua controlada Yolanda Participações S.A.) e o governo de Cuba, estabelecida em 1996, para a produção de cigarros. Em decorrência dessa parceria 50% dos ativos, passivos e resultado das operações da Brasucuba são reconhecidos pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

Agrega Inteligência em Compras Ltda. - "Agrega": Operação em conjunto (*joint-operation*), entre a Companhia e a Ambev S.A. em uma empresa de inteligência para operações de compras que visa por meio de aumento de escala, gerar economias na aquisição de materiais e serviços não específicos. Em decorrência dessa parceria 50% dos ativos, passivos e resultado das operações da Agrega são reconhecidos pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). A Companhia tem sua sede localizada na Rua Candelária, 66, Centro, Rio de Janeiro e duas fábricas de cigarros, uma em Uberlândia (MG) e outra em Cachoeirinha (RS), que operam de acordo com a mais avançada tecnologia de processo e preservação ambiental.

A Companhia, além de possuir uma fábrica de cigarros em Cachoeirinha, também possui o seu centro de processamento de dados (data center), a central telefônica de atendimento (call center), o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPD) e o Departamento Gráfico (DG).

A Companhia conta, ainda, com usinas de processamento de fumo nas principais regiões produtoras de tabaco, em Santa Cruz do Sul (RS), Blumenau (SC) e Rio Negro (PR). Estas unidades abrigam toda a estrutura de assistência técnica aos produtores de fumo que conta com uma equipe especializada de orientadores agrícolas. Na produção de tabaco, a Companhia conta com aproximadamente 30 mil produtores integrados que atuam em parceria, com a reconhecida assistência técnica da Companhia.

A Souza Cruz possui atuação em toda a cadeia produtiva, desde a produção de sementes, apoio técnico à produção agrícola de sua matéria-prima - o tabaco - seu processamento, e a fabricação e distribuição dos cigarros. A estrutura de distribuição de cigarros conta com seis modernas Centrais Integradas de Distribuição (CID), localizadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Contagem, Curitiba, Porto Alegre e Recife, além de 38 Centros de Distribuição e mais de 75 Postos de Abastecimento, que são locais próprios ou terceirizados estrategicamente localizados.

Dessa forma, com uma operação estruturada em nível nacional, a Souza Cruz transaciona um fluxo diário de mais de 280 milhões de cigarros com processamento médio de 50 mil toneladas fiscais por dia. Isso faz da sua operação de vendas e logística uma das mais importantes e respeitadas da América Latina, por atender diretamente mais de 300 mil pontos de venda.

2 Apresentação e base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito na Nota 7.3.

2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

2.2 Demonstrações financeiras individuais (Controladora)

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas DFs separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre o BR GAAP e o IFRS.

continuação

(b) Outras Operações

A Companhia contraiu instrumentos financeiros derivativos e não derivativos para se proteger de oscilações cambiais oriundas de atividades operacionais e financeiras utilizando para tal Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC/ACE) e contratos a termo de venda de moeda estrangeira (USD) - operações de NDF (Non Deliverable Forward), cujas variações foram contabilizadas no resultado financeiro.

(ii) Derivativos

Table showing financial instruments with columns for Instrumento financeiro, USD milhões, and 31.12.14/31.12.13 values.

7.5 Saldos e resultados dos instrumentos financeiros utilizados para hedge accounting

Table with columns for USD milhões, R\$ milhões, Saldos, Patrimônio líquido, and Resultado.

7.6 Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

Em conformidade com a Instrução CVM Nº 475/08, apresentamos abaixo "Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo" dos principais instrumentos financeiros, considerando-se que o principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de câmbio.

Table showing sensitivity analysis with columns for Operação, Valor exposto, and Deterioração do US\$ em 25% and 50%.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Table showing cash and equivalents with columns for Consolidado and Controladora.

Referem-se a títulos de liquidez imediata mantidos com instituições financeiras que possuem classificação externa de crédito considerada de primeira linha pelas agências de avaliação de riscos.

Do saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa, R\$ 16,4 (2013: R\$ 8,8) referem-se a recursos mantidos em moeda estrangeira.

9 Contas a receber

(a) Composição do saldo

Table showing receivables composition with columns for Consolidado and Controladora.

As contas a receber de agricultores constituem-se basicamente de: (i) fornecimento de insumos agrícolas para o plantio e colheita do fumo e (ii) investimentos para construção de estufas e galpões para cura e secagem do fumo pelo produtor.

(b) Idade do saldo de contas a receber de clientes e de agricultores

Table showing aging of receivables with columns for Consolidado and Controladora.

(c) Movimentações na provisão para perdas de contas a receber

Table showing movement in provision for bad debts with columns for Consolidado and Controladora.

10 Estoques

Table showing inventory with columns for Consolidado and Controladora.

(b) Síntese das movimentações do saldo consolidado

Table showing consolidated balance sheet movement with columns for Custos, Terrenos, Edifícios, Máquinas, Veículos, etc.

(I) Composto substancialmente pela venda do edifício sede da Companhia;

(II) Corresponde substancialmente à reclassificação de R\$ 52,6 para ativos não circulantes mantidos para venda - Nota 13.

(c) Síntese das movimentações do saldo da controladora

Table showing consolidated balance sheet movement for the subsidiary with columns for Custos, Terrenos, Edifícios, Máquinas, Veículos, etc.

Os saldos desses instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são:

(i) Não derivativos

Table showing financial instruments with columns for Instrumento financeiro, USD, R\$, and 31.12.14/31.12.13 values.

11 Tributos a recuperar - circulante e não circulante

Table showing taxes to be recovered with columns for Consolidado and Controladora.

12 Impostos e despesas antecipadas

Table showing prepaid taxes and expenses with columns for Consolidado and Controladora.

13 Ativos não circulantes mantidos para venda

Conforme divulgado em fato relevante em 29 de maio de 2014, a Administração da Companhia efetuou estudos abrangentes sobre sua estratégia de fabricação de embalagens cuja conclusão foi a decisão pela venda dos ativos relacionados ao seu departamento gráfico (DG), consequentemente, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 52,6 relacionados a máquinas e equipamentos para a rubrica ativos não circulantes mantidos para venda.

14 Investimentos

(a) Composição do saldo

Table showing investment composition with columns for Consolidado and Controladora.

Table showing investment movement with columns for Sociedade Controlada e Operações em Conjunto, Controlada, and Operação em conjunto.

Principais Informações

Table with various financial metrics including Quantidade de ações ordinárias, Participação no capital social, Total de Ativos, Total de Passivos, Patrimônio líquido, and Lucro líquido do exercício.

(a) Composição do saldo líquido

Table showing liquid balance composition with columns for Consolidado and Controladora.

16 Intangível

(a) Composição do saldo

Table showing intangible assets with columns for Consolidado and Controladora.

(b) Movimentações do saldo consolidado

Table showing consolidated balance sheet movement for intangible assets with columns for Saldos em 31.12.12, Adições, Baixas, Efeito Câmbio, and Saldos em 31.12.13.

(c) Movimentações do saldo da controladora

Table showing subsidiary balance sheet movement for intangible assets with columns for Saldos em 31.12.12, Adições, Baixas, Efeito Câmbio, and Saldos em 31.12.13.

17 Tributos a recolher sobre vendas

Table showing taxes to be collected on sales with columns for Consolidado and Controladora.

18 Empréstimos e financiamentos

Table showing loans and financings with columns for Circulante, Encargos, Consolidado, and Controladora.

Moeda nacional

Table showing national currency with columns for Circulante, Encargos, Consolidado, and Controladora.

Moeda estrangeira

Table showing foreign currency with columns for Circulante, Encargos, Consolidado, and Controladora.

Não Circulante

Table showing non-current assets with columns for Circulante, Encargos, Consolidado, and Controladora.

Table showing non-current liabilities with columns for Circulante e não circulante - vencimentos em milhões, Vencimentos, 31.12.14, and 31.12.13.

Em 31 de dezembro de 2014, o limite de créditos não utilizados junto às instituições financeiras montava R\$ 50,0 (R\$ 35,0 em 2013).

19 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

(a) Composição consolidada das provisões para contingências

Table showing consolidated provisions for contingencies with columns for Tributárias, Cíveis, Trabalhistas, and Total.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam R\$ 1.444,4 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 1.622,4) relacionados às principais disputas em processos administrativos e judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível.

(b) Composição consolidada dos depósitos judiciais

Table showing consolidated judicial deposits with columns for Tributárias, Cíveis, Trabalhistas, and Total.

(c) Comentários sobre os principais processos envolvendo a Companhia e suas controladas

I. Tributação de Lucros auferidos no exterior - probabilidade de perda possível
Em 2003, a Controlada Yolanda Participações ("Yolanda") impetrou mandado de segurança questionando a constitucionalidade do art. 74 da Medida Provisória nº 2.158/2001, que instituiu no ordenamento jurídico a sistemática de tributação automática dos lucros auferidos por controlada ou coligada no exterior, independentemente da efetiva distribuição desses lucros no Brasil, assim como a tributação dos lucros acumulados até o ano-calendário 2002 pela empresa nacional.

II. ICMS - Imunidade de papel - R\$ 56,8 - probabilidade de perda possível
Ação anulatória de débito fiscal com pedido liminar de antecipação dos efeitos da tutela com o objetivo de suspender a exigibilidade de crédito tributário de ICMS. Esse processo foi inicialmente ajuizado pela empresa Schweizer-Mauduit, que já pertenceu ao grupo Souza Cruz sob a denominação Indústrias de Papel Pirahy S.A., sendo a responsabilidade atribuída, por contrato de compra e venda, à Souza Cruz. A responsabilidade da Companhia se fundamenta na obrigação de fazer considerando-se o que fora acordado neste contrato de compra e venda da empresa.

III. IPI sobre cigarros sinistrados - R\$ 39,7 - probabilidade de perda possível
As autoridades fiscais autuaram a Souza Cruz pelo não recolhimento do IPI sobre operações de vendas de cigarros que não se concretizaram por conta do roubo dos produtos antes da entrega ao cliente. Foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados pela empresa. Em face dessa sentença, a União Federal interps recurso de apelação, ao qual, por maioria de votos, foi dado provimento. Contra o respectivo acórdão, foram opostos embargos infringentes, ainda pendentes de julgamento no TRF-2. Objeto de garantir a execução fiscal correlata, em novembro de 2011 e em outubro de 2013, foram realizados depósitos judiciais no montante total envolvido neste processo. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

IV. Taxa ANVISA de inspeção sanitária - probabilidade de perda possível
A Companhia, suportada por mandado de segurança, vem depositando judicialmente os valores cobrados pela ANVISA a título da taxa de inspeção sanitária exigida no registro e renovação de produtos. Por entender que as possibilidades de perda nessa discussão são prováveis, esses valores se encontram provisionados. Em 31 de dezembro de 2014, o valor total provisionado corresponde a R\$ 70,0 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 64,0).

V. Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) - R\$ 30,0 - probabilidade de perda possível
O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entende que a Companhia deveria recolher o SAT em alíquota superior, enquanto a Companhia pretende a declaração da validade do seu auto enquadramento, considerando o grau de risco de cada uma de suas Unidades.

VI. Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) - Diferencial do SAT - R\$ 57,2 - probabilidade de perda possível
Em que pese o entendimento jurídico acerca dessa matéria, conforme descrito no item anterior, a Companhia foi autuada pela Delegacia da Receita Previdenciária de São Paulo, objetivando a constituição e recebimento do diferencial do SAT, apurado no período de 01/1994 a 01/2004.

VII. Recurso Voluntário interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Após interposição de Recurso Voluntário pela Companhia, foi proferida decisão convertendo o julgamento em diligência. A tese defendida pela Companhia, qual seja, de auto enquadramento no grau de risco médio, sob a alíquota de 2% e não de 3%, encontra consonância com os investimentos realizados pela Companhia,

continuação

na área de prevenção de acidentes, o que lhe garantiria o direito a revisão do enquadramento do seu grau de risco, conforme entendimento do Judiciário Brasileiro sobre a matéria.
Além disso, a partir do Decreto 6.957/2009, a Companhia passou a ter reconhecido o grau de risco 2 (fabricação de cigarros), exatamente o grau sempre defendido pela Companhia.
Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

(d) Responsabilidade pelo fato do produto

Em 31 de dezembro de 2014, havia 143 processos (em 31 de dezembro de 2013 - 187 processos) dessa natureza em andamento. De acordo com opiniões dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda das ações é considerada remota, não sendo requerida uma provisão referente à responsabilidade pelo fato do produto.
Até 31 de dezembro de 2014, o Judiciário Brasileiro havia proferido decisões em 584 casos (em 31 de dezembro de 2013: 560 casos), dos quais 581 (em 31 de dezembro de 2013: 557) foram favoráveis à Companhia, e 3 (em 31 de dezembro de 2013: 3) desfavoráveis (pendentes de recurso). Todos os 521 casos encerrados com decisões definitivas (em 31 de dezembro de 2013: 473) são favoráveis aos argumentos de defesa da Companhia.

20 Incentivos Fiscais

Referem-se a benefícios concedidos entre 1997 e junho de 2005, com base no programa estadual de incentivos fiscais do ICMS - Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM) do Estado do Rio Grande do Sul, para a construção da fábrica de cigarros na cidade de Cachoeirinha, município da região metropolitana de Porto Alegre, e da Usina de Processamento de Fumo, na cidade de Santa Cruz do Sul.
Em agosto de 2005, o Programa foi estendido para contemplar a transferência para Cachoeirinha do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPD) e do Departamento Gráfico (DG), sediados no Rio de Janeiro naquela época, além da construção de nova linha de processamento de tabaco de folhas de fumo na cidade de Santa Cruz do Sul. Esses benefícios se encerraram em 30 de abril de 2013 conforme previsto nos protocolos assinados com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
Durante o exercício de 2014 não foram registrados incrementos na conta "Incentivos Fiscais" no passivo não circulante (em 2013: R\$ 26,6).
A apropriação para o resultado está baseado na realização do correspondente ativo incentivado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia realizou o montante de R\$ 47,1 (em 2013: R\$ 64,7), perfazendo um saldo a realizar de R\$ 222,9 (em 31 de dezembro de 2013: R\$ 270,0). O montante realizado foi reconhecido no resultado do exercício na rubrica "Outras Receitas" Despesas, Líquidas".

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social é composto de 1.528.450.500 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas:

	31.12.14		31.12.13	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Controle acionário:	1.150.381.890	75,3%	1.150.381.890	75,3%
British-American Tobacco	1.150.381.890	75,3%	1.150.381.890	75,3%
International (Holdings) B.V.	378.068.610	24,7%	378.068.610	24,7%
Acionistas minoritários:	275.598.855	18,0%	252.639.203	16,5%
Domiciliados no Exterior	86.542.071	5,7%	101.441.651	6,6%
Pessoas Físicas	15.927.684	1,0%	23.987.756	1,6%
Pessoas Jurídicas	1.528.450.500	100,0%	1.528.450.500	100,0%

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Reserva estatutária para manutenção de capital de giro

Constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e a manutenção dos estoques da Companhia, assim como possibilitar a compra de safras futuras de fumo. O estatuto da Companhia determina que essa reserva pode ser constituída em valor de até 30% do lucro líquido do exercício e o seu saldo não poderá exceder a 80% do capital social.

(iii) Reserva de incentivos fiscais

O valor dos incentivos fiscais realizados no resultado está sendo destinado à conta de "Reserva de Lucros - Incentivos Fiscais" no patrimônio líquido ao final de cada exercício.

(c) Remuneração dos acionistas

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei Societária.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos no montante de R\$ 938,6 (R\$ 0,614 por ação) com base no lucro apurado no exercício de 2014, a ser referendado pela Assembleia Geral de Acionistas, o qual foi alocado à reserva "Dividendo Adicional Proposto", conforme disposto na Deliberação CVM nº 601/2009. Esses dividendos serão reconhecidos no passivo quando houver aprovação em 19 de março de 2015 pela Assembleia.

Assim, considerando os juros sobre o capital próprio (JCP) de R\$ 22,6 declarados em dezembro de 2014 e a remuneração intermediária (JCP e dividendos) paga durante o ano de R\$ 705,9 a remuneração total dos acionistas por conta dos lucros obtidos no exercício de 2014 totalizara R\$ 1.667,1 (cerca de R\$ 1,09 por ação), representando 97% do lucro líquido consolidado do exercício de 2014. Considerando-se a atualização monetária paga sobre as referidas remunerações no montante de R\$ 43,0 (2013: R\$ 33,5), a remuneração total dos acionistas representa 99,8% do lucro líquido consolidado (2013 - 98,2%). Os dividendos propostos e os juros sobre o capital próprio declarados em dezembro de 2014 serão atualizados pela taxa SELIC a partir de 02 de janeiro de 2015 até a data dos seus respectivos pagamentos.

	2014		2013	
	R\$ Milhões	R\$ por ação	R\$ Milhões	R\$ por ação
Lucro líquido do exercício (controladora)	1.714,2	1,12	1.694,3	1,11
Destinações e Alocações:				
Realização de incentivos fiscais	(47,1)	(0,03)	(64,7)	(0,04)
Realização de reserva de manutenção de capital de giro	-	-	(0,6)	-
Reversão de dividendos prescritos	-	-	1,0	-
Base de cálculo dos dividendos	1.667,1	1,09	1.630,0	1,07
Juros sobre o capital próprio - 1º trimestre	24,9	0,016310	27,7	0,018140
Juros sobre o capital próprio - 2º trimestre	21,5	0,014060	24,9	0,016280
Dividendo intermediário	634,3	0,614000	703,2	0,460000
Juros sobre o capital próprio - 3º trimestre	25,2	0,016470	28,9	0,018930
Juros sobre o capital próprio - complementar	22,6	0,017050	26,1	0,017050
Dividendo adicional proposto	938,6	0,614000	819,2	0,536000
1.667,1	1,291890	1,630,0	1,066400	
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício consolidado	97%		96%	

22 Receita líquida das vendas

	2014		2013	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Receita bruta de vendas	16.752,8	16.118,9	16.687,6	16.058,0
Tributos incidentes sobre vendas	(10.488,7)	(9.831,5)	(10.487,1)	(9.830,1)
Receita líquida das vendas	6.264,1	6.287,4	6.200,5	6.227,9

23 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Matéria-prima e materiais	(1.795,7)	(1.792,3)	(1.773,5)	(1.775,8)
Benefícios a empregados (Nota 24)	(816,6)	(902,9)	(813,6)	(900,4)
Despesas com marketing	(314,5)	(317,3)	(308,9)	(311,8)
Serviços de terceiros	(413,0)	(393,2)	(417,4)	(390,8)
Depreciação e amortização	(156,1)	(157,9)	(156,1)	(157,9)
Manutenção e materiais diversos	(153,7)	(154,7)	(153,5)	(154,6)
Energia, água e comunicação	(59,8)	(59,7)	(59,7)	(59,5)
Despesas com viagens	(40,9)	(47,3)	(40,7)	(47,0)
Fretes, armazenagens, aduanas e outras	(68,6)	(65,2)	(68,6)	(65,2)
Contingências fiscais e trabalhistas	(46,9)	(15,6)	(46,9)	(15,6)
Aluguéis	(40,5)	(37,5)	(40,1)	(37,2)
Impostos e taxas	(45,5)	(14,7)	(45,5)	(14,6)
Doações e patrocínios (Lei Rouanet, Fundo da criança e outros)	(14,1)	(13,4)	(14,1)	(13,4)
Outras despesas	(63,7)	(58,7)	(65,6)	(56,4)
(4.029,6)	(4.030,4)	(4.004,2)	(4.000,2)	

Classificadas como:

Custo dos produtos vendidos	(2.274,3)	(2.265,2)	(2.252,2)	(2.248,9)
Despesas com vendas	(877,6)	(913,1)	(871,9)	(909,1)
Despesas gerais e administrativas	(877,7)	(852,1)	(880,1)	(842,2)
(4.029,6)	(4.030,4)	(4.004,2)	(4.000,2)	

24 Benefícios a empregados

	Consolidado		Controladora	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Salários, incluindo remuneração variável	(463,4)	(566,7)	(461,8)	(565,2)
Encargos sociais	(216,4)	(197,2)	(216,0)	(196,8)
Benefícios, assistência médica e outros	(121,4)	(124,8)	(120,4)	(124,2)
Planos de pensão	(15,4)	(14,2)	(15,4)	(14,2)
(816,6)	(902,9)	(813,6)	(900,4)	

25 Outras receitas (despesas), líquidas

A composição da linha de "Outras receitas (despesas), líquidas", apresentada na demonstração do resultado pode ser assim resumida:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Incentivos fiscais (Nota 20)	47,1	64,7	47,1	64,7
Resultado na venda de bens do imobilizado/intangível (a)	106,5	14,8	106,5	14,8
Recuperação de custos de estocagem e de estoques	9,5	11,4	9,5	11,4
Recuperação de créditos de contas a receber	9,3	8,1	9,3	8,1
Atualização de depósitos judiciais	8,3	5,6	8,3	5,6
Recuperação de tributos e seguros (b)	40,9	83,3	40,9	83,3
Outros resultados operacionais	23,9	14,7	24,0	14,8
245,5	202,6	245,6	202,7	

(a) Resultado na venda de bens do imobilizado/intangível Composto substancialmente pelo ganho de R\$ 25,5 milhões decorrentes da assinatura do acordo com a British American Tobacco (GLP) Limited, referente à transferência dos direitos à BAT de todo o material genético e sua base de dados existente para desenvolvimento da semente de fumo, mantendo o acesso irrevogável da Souza Cruz a eles e quaisquer desenvolvimento de novos cultivares no futuro, e pelo ganho de R\$ 61,2 decorrentes da venda do edifício sede da Companhia, localizado na rua da Candelária 66, tendo o valor de venda de R\$ 75 milhões sido recebido 50% no ato e os outros 50% em janeiro de 2015. Em conjunto com a venda a Companhia celebrou contrato de aluguel (leaseback) conforme detalhado na Nota 26.
(b) Recuperação de tributos e seguros
I) Em 2013 composto substancialmente por reconhecimento do direito ao ressarcimento, via compensação, de valores pagos, indebitos, a título de FINSOCIAL durante o exercício de 1982 no montante de R\$ 81 milhões em função de decisão definitiva de medida judicial ajuizada pela Companhia;
II) Em 2014 composto substancialmente por reconhecimento de R\$ 31,6 milhões referentes a crédito de PIS e COFINS Importação recolhidos a maior durante o período de 2007 a 2013.

26 Arrendamento mercantil

Conforme mencionado na Nota 25, a Companhia vendeu seu edifício sede no mês de dezembro e realizou uma transação de aluguel (leaseback) por um período de 7 anos, a contar de janeiro de 2015, sem previsão contratual de renovação automática. A Companhia classificou essa operação como um arrendamento operacional nos termos do CPC 06 - R1 (IAS 17) - Operações de arrendamento mercantil.
Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos não canceláveis são:
I) até um ano: R\$ 7,1
II) mais de um ano e até 5 anos: R\$ 32,4
III) mais de cinco anos: R\$ 16,8

27 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Receitas Financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	69,4	61,9	66,8	54,2
Juros e variações monetárias sobre contas a receber	30,5	38,7	18,6	18,4
Outras receitas financeiras	3,0	3,6	3,0	2,8
102,9	104,2	88,4	75,4	

Variações Cambiais sobre Ativos

Contas a receber no exterior	71,0	169,6	44,4	35,8
Outras variações cambiais	9,5	7,3	7,2	6,4
80,5	176,9	51,6	42,2	

Despesas Financeiras

Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(34,5)	(55,6)	(34,5)	(55,6)
Juros SELIC sobre dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(43,0)	(33,5)	(43,0)	(33,5)
Juros sobre Empréstimos em Moeda Nacional/ Estrangeira	(2,6)	(2,6)	(2,6)	(2,6)
Juros sobre adiantamentos de contrato de câmbio e adiantamentos sobre cambiais entregues (ACC/ACE)	(4,4)	(4,8)	(4,4)	(4,8)
Despesas Financeiras Importações/Exportações/Bancárias/IOF	(35,9)	(34,4)	(32,3)	(33,1)
Outras despesas financeiras	(10,0)	(8,7)	(9,3)	(7,9)
(130,4)	(139,6)	(126,1)	(137,5)	

Variações Cambiais sobre Passivos

Empréstimos com investida no exterior	(14,7)	(100,1)	(14,7)	(100,1)
Empréstimos, adiantamentos de contrato de câmbio (ACC), cambiais entregues (ACE) e operações de NDF (Non Deliverable Forward)	(5,0)	(56,5)	(5,0)	(56,5)
Fornecedores e outras contas a pagar	(5,5)	(17,4)	(5,5)	(17,4)
(70,3)	(174,0)	(70,3)	(174,0)	
(17,3)	(32,5)	(56,4)	(193,9)	

28 Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição dos tributos diferidos

	Consolidado		Controladora	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13

Diferenças temporárias geradas por provisões:

Ativos:				
Contingências	52,6	75,8	52,4	72,7
Perdas em ativos	32,4	19,2	32,4	19,1
Participações de empregados no resultado	25,8	28,6	25,8	28,6
Operacionais	13,9	46,2	13,9	46,2
Benefícios trabalhistas	9,7	9,7	9,7	9,7
Outras	13,1	6,7	13,1	6,7
147,5	186,2	147,3	183,0	

Passivos:

Atualização de depósitos judiciais	13,5	10,8	13,5	10,8
Diferimento variação cambial (base caixa)	1,4	38,3	-	-
Outras	0,2	0,2	0,2	0,2
15,1	49,3	13,7	17,0	
(132,4)	(136,9)	(133,6)	(112,0)	

Ativos - Líquido

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses tributos.
As normas contábeis estabelecem que uma Companhia não deve classificar os ativos e passivos fiscais diferidos como ativos e passivos circulantes. Portanto, existe um montante de R\$ 40.748 (2013 - R\$ 62.462) classificado como ativo fiscal diferido não circulante que, de acordo com a expectativa da Administração, será realizado nos próximos 12 meses. O saldo remanescente será realizado no período de até 5 anos.

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social, demonstrados no resultado, apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Lucro antes da tributação	2.462,6	2.445,0	2.441,5	2.376,3
Juros sobre o Capital Próprio	(94,2)	(107,6)	(94,2)	(107,6)
Resultado de Controladas	-	-	(56,0)	(140,8)
Adições sobre preços de transferência	6,0	1,9	6,0	1,9
Inovação Tecnológica - Lei 11.196/2005	(57,5)	(43,5)	(57,5)	(43,5)
Realização de Incentivos Fiscais	(47,1)	(64,7)	(47,1)	(64,7)
Itens permanentes, líquidos	(68,5)	(23,2)	(53,5)	(15,6)
Lucro tributável	2.201,3	2.207,9	2.139,2	2.006,0
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Imposto de renda e contribuição social no resultado	748,4	750,7	727,3	682,0
Alíquota efetiva	30,4%	30,7%	29,8%	28,7%

(c) Lei nº 12.973/2014

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Pro

continuação

(b) Relacionamentos entre a controladora e as demais empresas do grupo BAT

A Companhia e suas controladas possuem transações comerciais com entidades interligadas ao grupo controlador no exterior, representadas por exportação de produtos e serviços, adiantamentos recebidos por conta de exportação de fumo e despesas com serviços de apoio técnico especializado. Os montantes dessas transações e saldos são os seguintes:

Natureza da Operação	Montante envolvido no negócio	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em	Saldos em	Saldos em	Saldos em	
			31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13	
			Contas a Receber:		Receita:		
Transações comerciais representadas por exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras)	1.211,3	BAT (GLP) Limited	129,6	122,8	1.046,3	1.121,4	
	9,1	Scandinavian Tob Group Assens A/S	7,5	4,5	9,1	5,9	
	3,3	CJSC British American Tobacco-SPb	3,5	-	3,3	-	
	5,7	Nobleza-Piccardo SAICYF	1,3	1,0	5,7	13,1	
	1,2	BAT International Limited	1,1	-	1,2	-	
	1,3	BAT Chile Operaciones S.A.	0,3	0,3	1,3	7,1	
		Outras companhias	0,8	1,0	3,9	3,5	
	Prestação de serviços de análise laboratorial e de consultoria técnica de engenharia de processos	1,9	British American Tobacco Colombia SAS	1,9	2,0	1,9	2,0
		9,4	BAT Chile Operaciones S.A.	0,8	9,9	9,4	9,1
		0,7	BAT South África	0,7	1,0	0,7	1,0
		Imperial Tobacco Canadá Limited	0,6	3,4	7,0	3,4	
4,8		BAT México S.A. de CV	0,4	0,8	4,8	5,0	
1,6		West Indian Tobacco CO.	0,3	0,1	1,6	1,7	
		BAT Services Ltd Taiwan Branch	0,3	-	0,3	0,3	
1,7		Tabacalera Istmena S.A.	0,2	0,2	1,5	1,9	
5,6		BAT Investments Limited	0,1	-	5,6	-	
0,7		Tabacalera Istmena Sucursal Honduras S.A.	0,1	0,1	0,7	0,8	
		Outras companhias	0,1	0,7	12,2	14,0	
Prestação de serviços de informática		6,2	BAT (Holdings) Limited	2,9	1,6	6,2	5,3
		1,8	Imperial Tobacco Canada Limited	1,8	0,8	1,8	0,8
		5,2	BASS (GSD) Limited	0,9	0,9	5,2	9,7
		6,7	BAT México SA de CV	0,5	0,5	6,7	5,1
		1,7	BAT del Peru S.A.C	0,5	0,2	1,7	1,4
		3,7	CA.Cigarrera Bigott Sucs.	0,4	0,1	3,7	1,7
	3,5	BAT Chile Operaciones S.A.	0,2	3,4	3,5	3,1	
	0,2	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	0,2	0,1	0,2	0,5	
		British American Tobacco Colombia SAS	0,1	0,2	1,2	1,2	
	1,1	BASS.Américas S.A.	0,1	0,1	1,1	2,5	
	0,7	BATCCA Servicios, SA	0,1	0,1	0,7	0,6	
	0,1	CMS Ltd. St Lucia	0,1	-	0,1	-	
		Outras companhias	-	0,5	5,8	5,3	
	Transações representadas por contas a receber referente a reembolso de despesas	2,0	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	2,0	7,3	-	-
		0,9	BAT (Holdings) Limited	0,9	1,8	-	-
		0,5	BAT Investments Limited	0,5	0,9	-	-
		0,4	BAT (GLP) Limited	0,4	-	-	-
0,2		BAT South África	0,2	0,3	-	-	
0,2		British American Tobacco Colombia SAS	0,2	0,5	-	-	
0,2		BAT Chile Operaciones S.A.	0,2	-	-	-	
0,1		Ceylon Tobacco Company PLC	0,1	0,1	-	-	
0,1		BAT México SA de CV	0,1	0,2	-	-	
0,1		PT BAT Indonesia	0,1	-	-	-	
0,1	BAT Korea	0,1	0,2	-	-		
	Outras companhias	1,9	2,1	-	-		

Natureza da Operação	Montante envolvido no negócio	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em	Saldos em	Saldos em	Saldos em
			31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
			Contas a Receber:		Receita:	
Transferência dos direitos de material genético	25,5	BAT (GLP) Limited	-	-	25,5	-
Referente ao acordo de cooperação relativo à transferência dos direitos de material genético (Nota 24 (a))	17,4	BAT (GLP) Limited	9,9	-	17,4	-
Prestação de serviços de back office	1,0	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	0,1	-	1,0	0,8
Transações representadas por consultoria	0,9	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	0,9	-	0,9	-
			175,0	169,7	1.199,2	1.228,2

Natureza da Operação	Montante envolvido no negócio	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em	Saldos em	Saldos em	Saldos em
			31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
			Contas a Pagar:		Despesa:	
Transações comerciais representadas por contas a pagar por importações de produtos/mercadorias (fumos e outras)	6,9	BAT México S.A. de CV	0,5	0,7	6,9	8,8
	46,4	BAT (GLP) Limited	0,3	0,4	46,4	35,0
	0,2	BAT Chile Operaciones S.A.	0,1	0,4	0,2	0,7
	2,7	Outras companhias	0,1	0,6	2,7	2,6
Royalties a pagar pelo direito de industrialização, distribuição ou comercialização de produto	% sobre volume de vendas	Dunhill Tobacco of London Limited BAT American Cigarette Company The House of Edgeworth BAT (BRANDS) INC	1,7	-	7,9	-
			0,1	-	0,1	-
			-	0,1	-	0,1
			-	0,1	0,3	0,7
Transações comerciais representadas por contas a pagar por prestação de serviços de apoio técnico/estratégico especializado às áreas de operações do emissor e compartilhamento de custos e investimentos relativos às Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento em Fumo	33,1	BAT Investments Limited	(0,7)	15,0	29,1	28,5
Contas a pagar por recharges encargos sociais, seguro de vida, etc. de expatriados	0,3	Imperial Tobacco Canada Limited	0,1	-	0,3	0,3
	0,6	BAT (Holdings) Limited Outras companhias	-	0,2	0,7	0,3
			-	0,1	0,2	0,4
Transações representadas por contas a pagar referente a registros e manutenção das marcas globais da BAT	% sobre o total das despesas	BAT Mark Limited	-	-	0,1	-
Transações representadas por contas a pagar por importação de serviços de informática	25,6	BASS (GSD) Limited	3,3	-	25,6	28,5
Transações representadas por contas a pagar referente a reembolso de despesas		BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	0,5	0,5	-	-
Transações representadas por contas a pagar por serviços de manutenção de base de dados	0,6	BASS.Américas S.A.	0,2	-	0,6	(0,8)
Contratos de financiamentos para exportação de fumo, inclui juros e variação cambial (Nota 17)	1.599,0	Yolanda Netherlands B.V. (Circulante) Yolanda Netherlands B.V. (Não Circulante)	127,7	620,5	49,2	155,7
			-	223,0	-	-
			133,9	861,5	177,0	267,0

A Companhia possui contrato de exportação de fumo com empresa do Grupo BAT denominada British American Tobacco (GLP) Limited. Esse contrato, que entrou em vigor desde 30 de junho de 2011, foi firmado por longo prazo, com garantia mínima de demanda e potencial para crescimento, além de possibilitar à Companhia redução de imobilização de capital e contratação de fumuladores por longo prazo. A metodologia de precificação foi previamente definida, levando-se em consideração a cobertura dos custos do negócio de exportação de fumo e a remuneração do capital investido nesse negócio. Em 30 de junho de 2014 um novo fluxo de embarques foi renegociado até janeiro de 2016. As operações de exportação de serviços de informática, de análise laboratorial, de consultoria técnica de engenharia de processos e de serviços de apoio técnico e estratégico especializado estão suportadas por contratos com duração que varia, em geral, entre 3 e 12 meses, com possibilidade de renovação anual. Os preços desses serviços levam em consideração os custos inerentes a essas atividades, acrescidos de margem de lucro suficiente para garantir a rentabilidade desses negócios e, portanto, suficiente também para atender os requerimentos estabelecidos pela legislação fiscal brasileira.

(c) Principais relacionamentos entre a controlada Yolanda Participações e demais empresas do grupo

A Companhia através de sua controlada Yolanda Participações, efetuou em 29 de junho de 2012 a operação de venda da participação societária detida por ela na Yolanda Netherlands B.V. para o GLP pelo valor de USD 679,6, integralmente recebido até 31 de dezembro de 2014 (Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia ainda tinha um saldo a receber de R\$ 872,7 referente a esta venda), gerando receita financeira de juros e variação cambial no montante de R\$ 35,6 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 152,1 em 31 de dezembro de 2013).

Além do valor mencionado acima, a Yolanda Participações possui um contas a receber com a controlada em conjunto Brascuba referente ao adiantamento para futuro aumento de capital no valor de USD 9,0, equivalente a R\$ 23,9 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 21,1 em 31 de dezembro de 2013).

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração – consolidado e controladora

O pessoal-chave da Administração inclui os membros da diretoria estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar está apresentada a seguir:

	2014	2013
Remuneração fixa		
- Salários	7,7	7,3
- Benefícios diretos e indiretos	6,0	4,8
Remuneração variável		
- Participação nos resultados	10,2	4,8
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	2,4	0,1
	26,3	17,0

32 Lucro líquido por ação

O lucro por ação é computado pela razão do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações em circulação no mesmo exercício, conforme requerido pelo IAS 33 ("Earning per Share"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas, nem ações potencialmente sujeitas a diluição.

	Consolidado		Controladora	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Lucro líquido do exercício	1.714,2	1.694,3	1.714,2	1.694,3
Quantidade de ações em circulação (milhares)	1.528.451	1.528.451	1.528.451	1.528.451
Lucro líquido por ação (básico e diluído) ao final do período - R\$	1,12	1,11	1,12	1,11

33 Garantias prestadas e outras responsabilidades

A Companhia tem compromissos com os bancos, na forma de avais aos agricultores, provenientes de operações de crédito rural, no valor total de R\$ 115,5 em 31 de dezembro de 2014 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 117,3), vencíveis até o ano de 2018, os quais serão quitados pelos agricultores com fornecimento de fumo.

Para a determinação do valor justo dos avais que a Companhia estima honrar decorrente desses compromissos bancários, a Companhia mantém provisão para *impairment* classificada como redutora dos créditos a receber desses mesmos agricultores.

34 Cobertura de Seguros

A Companhia desenvolve um programa de gerenciamento com o objetivo de limitar riscos, contratando coberturas compatíveis com seu porte e com a dimensão de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados adequados pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, a dispersão geográfica de suas dependências, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de consultores especializados. Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais estava composta por R\$ 879,9 milhões para danos materiais, lucros cessantes e quebra de máquinas e R\$ 3,5 milhões para responsabilidade civil.

DIRETORIA

Andrea Martini
Presidente

Leonardo Forner Senra
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ricardo Cesar de Almeida Oberlander
Presidente

Andrea Martini
Vice-Presidente

Antonio Duarte Carvalho de Castro
Presidente

Edmilson Loureiro de Lyra
Membro

Luciano Mario Sperb Kirst
Diretor

Maria Alicia Lima Peralta
Diretor

Leonardo Forner Senra
Membro

Ellen Gracie Northfleet
Membro

Paulo Eduardo Pessoa Cavalcanti da Silva Santos
Membro

Dimar Paulo Frozza
Diretor

Fernando Luiz Mendes Pinheiro
Diretor

Luiz Felipe Palmeira Lampreia
Membro

Rudolf Hohn
Membro

Cátia Valéria de Paiva Porto
Diretor

Jorge Alejandro Iribarra Pastenes
Diretor

Nelson Azevedo Jobim
Membro

Carlos Ivan Simonsen Leal
Membro

CONTADORES

Anderson Ramos Oliveira CRC-RJ - 089414-O/0 - Contador Responsável
Carlos Costa Carneiro CRC-RJ - 100726/O-0 - Gerente de Contabilidade

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

So

Conselho de Administração e Acionistas da Souza Cruz S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Souza Cruz S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Souza Cruz S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e a proposta de distribuição de dividendos por conta do lucro líquido do exercício findo nessa data. Dita recomendação de distribuição de dividendos encontra-se consistente com o plano de investimentos da Companhia.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no parecer sem ressalvas emitido pela KPMG Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, incluindo o julgamento do Comitê de Auditoria da Companhia de que os controles internos são adequados e refletem em melhores práticas, estando em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2015.

Antonio Duarte Carvalho de Castro

Edmilson Loureiro de Lyra

Paulo Eduardo Pessoa Cavalcanti da Silva Santos

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Souza Cruz S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Souza Cruz S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2015

KPMG KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa
Contador CRC RJ- 052428/O-2

RECOMENDAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria, com base nos trabalhos realizados ao longo do exercício de 2014 e nas apresentações e esclarecimentos que recebeu da administração da Souza Cruz, assegura que a empresa adota as melhores práticas contábeis e de controles internos, reconhecidos, inclusive, pela auditoria externa, KPMG.

Examinados os resultados referentes ao exercício de 2014, à luz dos preceitos referidos, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração manifestação favorável sobre esses resultados, para que sejam posteriormente encaminhados à AGO (Assembleia Geral Ordinária) para a devida aprovação.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2015.

Luiz Felipe Palmeira Lampreia

Presidente Comitê de Auditoria